

**BCLV Comércio de Veículos S.A.**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
14º Andar – Sala 1403 - Jardim América  
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil  
Caixa Postal 457  
14001-970 - Ribeirão Preto, SP - Brasil

Telefone: 55 (16) 3323-6650  
Fax: 55 (16) 3323-6651  
Internet: www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
BCLV Comércio de Veículos S.A.  
Ribeirão Preto – São Paulo

Examinamos as demonstrações financeiras da BCLV Comércio de Veículos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BCLV Comércio de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 12 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



André Luiz Monaretti  
Contador CRC 1SP160909/O-3



Fernando Rogério Liani  
Contador CRC 1SP229193/O-2

**BCLV Comércio de Veículos S.A.****Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012***(Em milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.458	1.885
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	28.291	18.038
Estoques	7	86.761	56.333
Adiantamentos a fornecedor	8	3.116	5.632
Impostos a recuperar		451	1.825
Outros ativos		4.634	1.780
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>125.711</b>	<b>85.493</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Ativos fiscais diferidos	9	3.788	1.788
Depósitos judiciais e outros		568	477
<b>Imobilizado</b>	10	61.471	56.870
<b>Intangível</b>	11	23.580	23.428
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>89.407</b>	<b>82.563</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>215.118</b>	<b>168.056</b>

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	83.207	54.145
Empréstimos e financiamentos	13	14.719	34.147
Debêntures	14	10.121	-
Adiantamentos de clientes	16	5.976	3.753
Salários, encargos sociais e tributos a recolher	17	6.864	5.881
Outras contas a pagar		-	60
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>120.887</b>	<b>97.986</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	20.520	29.777
Debêntures	14	38.647	-
Provisão para contingências	18	763	763
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>59.930</b>	<b>30.540</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	19		
Capital social		36.359	36.359
Adiantamento para futuro aumento de capital		600	-
Reserva de lucros		-	3.171
Prejuízos acumulados		(2.658)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>34.301</b>	<b>39.530</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>180.817</b>	<b>128.526</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>215.118</b>	<b>168.056</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BCLV Comércio de Veículos S.A.

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	20	871.368	678.524
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	21	<u>(780.293)</u>	<u>(604.452)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>91.075</u>	<u>74.072</u>
<b>Receitas(despesas) operacionais</b>			
Despesas comerciais	22	(36.618)	(32.529)
Despesas gerais e administrativas	23	(45.371)	(37.795)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		<u>43</u>	<u>(734)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>9.129</u>	<u>3.014</u>
Despesas financeiras		(17.719)	(17.302)
Receitas financeiras		<u>761</u>	<u>519</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	24	<u>(16.958)</u>	<u>(16.783)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>(7.829)</u>	<u>(13.769)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	<u>2.000</u>	<u>4.393</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u><u>(5.829)</u></u>	<u><u>(9.376)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **BCLV Comércio de Veículos S.A.**

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Resultado do exercício	<u>(5.829)</u>	<u>(9.376)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(5.829)</u></u>	<u><u>(9.376)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BCLV Comércio de Veículos S.A.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>		26.359	-	5.564	7.690	-	39.613
Integralização de capital social		10.000	-	-	-	-	10.000
Realização do custo atribuído		-	-	(5.564)	-	5.564	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	(9.376)	(9.376)
Lucros distribuídos		-	-	-	-	(707)	(707)
Retenção de lucros		-	-	-	(4.519)	4.519	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		36.359	-	-	3.171	-	39.530
Adiantamento para futuro aumento de capital socia		-	600	-	-	-	600
Resultado do exercício		-	-	-	-	(5.829)	(5.829)
Utilização da reserva de lucros		-	-	-	(3.171)	3.171	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	18	<u>36.359</u>	<u>600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.658)</u>	<u>34.301</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# BCLV Comércio de Veículos S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	(5.829)	(9.376)
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortização	9.515	6.086
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	105
Provisão para perda no valor recuperável dos estoques	-	225
Resultado na venda de ativo imobilizado	2.129	(860)
Baixa de outros ativos não circulantes	-	870
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	12.740	12.949
Provisão para contingências	-	342
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.000)	(4.393)
Custo de transações das debêntures	(1.454)	-
Aumento em contas a receber e outros recebíveis	(10.253)	(4.032)
(Aumento) redução em estoques	(30.428)	29.338
Redução (aumento) em impostos a recuperar	1.374	(1.541)
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores	2.516	(4.082)
Redução (aumento) em outros ativos circulantes	320	(145)
Aumento em depósitos judiciais e outros ativos não circulantes	(91)	(60)
Aumento (redução) em fornecedores	29.062	(29.538)
Aumento (redução) em adiantamentos de clientes	2.223	(251)
Aumento (redução) em salários, encargos sociais e tributos a recolher	983	(41)
Redução em outras contas a pagar	(60)	(4.587)
Juros pagos de financiamentos	(12.740)	(4.848)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.384)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>	<b>(1.993)</b>	<b>(15.223)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	(16.031)	(21.792)
Caixa proveniente de alienação de imobilizado	175	35.710
Aquisição de intangível	(539)	(139)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(16.395)</b>	<b>13.779</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	32.942	56.071
Captação debêntures	50.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(61.407)	(58.861)
Captação de empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	2.134	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	(2.134)	(10.000)
Empréstimos e financiamentos realizados - Partes relacionadas	(3.174)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital social	600	10.000
Lucros pagos	-	(707)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>18.961</b>	<b>(3.497)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>573</b>	<b>(4.941)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1 ° de janeiro	1.885	6.826
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>2.458</b>	<b>1.885</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A BCLV Comércio de Veículos S.A., localizada na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, 1.600, Jardim Botânico, Ribeirão Preto, estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE, compreende uma rede de concessionárias especializadas em veículos *premium*. A sociedade tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 12 de março de 2014.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

#### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

#### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes a políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 25 - Instrumentos Financeiros
- Nota 26 - Compromissos com contratos

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Ativos e passivos fiscais diferidos
- Nota 10 - Imobilizado
- Nota 11 - Intangível
- Nota 18 - Provisões para contingência

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013, sendo eles CPC 19 (R2), CPC 26 (R1), CPC 33(R1), CPC 36 (R3), CPC 40 (R1), CPC 45 e CPC 46. Nenhum desses novos pronunciamentos teve impacto sobre essas demonstrações financeiras.

#### **a. Instrumentos financeiros**

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece o contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados pela prestação de serviços. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros recebíveis.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**(ii) *Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

**(iii) *Capital social***

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no estatuto são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa 19 f.

**b. *Imobilizado***

**(i) *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;

- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

• Edificações	60 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Veículos	5 anos
• Instalações	10 anos
• Benfeitorias	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**c. Ativos intangíveis**

**(i) Software**

As licenças de programas de computador (“softwares”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de 5 anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

**(ii) Fundo de comércio**

O fundo de comércio é composto de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pela Companhia os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio.

O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Companhia do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* do fundo de comércio.

**(iii) Direitos de concessão**

Os direitos de concessão possuídos pela Companhia são direitos de comercializar certas marcas de automóveis *premium* em uma certa localização.

Os direitos de concessão são renovados por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra Companhia.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* dos direitos de concessão.

**d. Ativos arrendados**

Os arrendamentos, em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos referentes aos arrendamentos mercantis operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, sendo reconhecidos como despesa à medida que os pagamentos das prestações contratuais são efetuados.

**e. Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

*Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o estoque e o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

**g. Benefícios a empregados**

**(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**i. Receita operacional**

***Venda de mercadorias***

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.



### ***Bônus***

O bônus recebido pela Companhia das montadoras de automóveis é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

### ***Serviços***

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

## **j. Arrendamentos**

### ***Pagamento de arrendamentos***

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

### ***Determinação de um contrato de arrendamento:***

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento, no caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- O contrato contém direito de utilização do ativo.

Os prédios alugados utilizados para instalação de concessionárias da Companhia são classificados como arrendamento operacional.

## **k. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos de aplicações financeiras, juros e multas contratuais. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e despesas bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

## **l. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do período de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

#### **4 Determinação do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Companhia são classificados como “nível 2”.

Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

**(i) Contas a receber de clientes e outros recebíveis**

Os valores justos de contas a receber e outros recebíveis são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O contas a receber e outros recebíveis decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração em função do curto prazo de realização.

**(ii) Ativo imobilizado**

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado nas abordagens de mercado cotado para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

**(iii) Ativos intangíveis**

O valor justo dos itens do ativo intangível, para fins de recuperabilidade, foi obtido através dos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente.

**(iv) Passivos financeiros não derivativos**

Os fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Estes passivos estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração em função do curto prazo de liquidação, respectivamente.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de créditos específicas, não negociadas em mercado ativo.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Caixa e saldo bancário	2.067	1.676
Aplicações financeiras	391	209
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>2.458</u>	<u>1.885</u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis, principalmente CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a risco de crédito e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

## 6 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Duplicatas a receber	20.881	13.075
Clientes partes relacionadas - Nota 15	48	25
Cartões a receber	6.073	4.733
Outros créditos	1.289	205
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>28.291</u>	<u>18.038</u>

A Companhia em 31 de dezembro de 2013 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 25.

## 7 Estoques

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Veículos novos	62.551	34.477
Veículos usados	5.873	7.399
Motos novas	2.481	2.654
Motos usadas	1.161	857
Peças e acessórios	14.067	10.704
Outros	628	242
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>86.761</u>	<u>56.333</u>

Não houve movimentação na provisão para perda no estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

## 8 Adiantamentos a fornecedores

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Adiantamento a fornecedores de veículos	1.684	1.692
Adiantamento a fornecedores de serviços	1.432	3.940
	3.116	5.632

## 9 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

	<b>Ativo/(Passivo)</b>		<b>Resultado</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Provisão para contingências	259	259	-	116
Provisão para valor não realizável nos estoques	89	89	-	77
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	142	142	-	36
Prejuízo fiscal a compensar	3.716	1.298	2.418	1.298
Custo de ativo imobilizado	-	-	-	2.866
Custo de transação	(418)	-	(418)	-
<b>Total</b>	3.788	1.788	2.000	4.393

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais correntes, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais perdas.

Conciliação de IR/CS sobre o lucro:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>		
Resultado do período antes dos impostos	(7.829)	(13.769)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	2.662	4.681
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>		
Despesas não dedutíveis	(274)	(357)
Outros	(388)	69
Imposto diferido	2.000	4.393
Alíquota efetiva	26%	32%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

## 10 Imobilizado

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Instalações	Benfeitorias	Obras em andamento	Outros	Total
<b>Custo</b>										
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	11.424	8.643	4.943	3.956	22.174	976	16.130	10.402	66	78.714
Adições	41	4.738	2.881	12.619	-	344	5.762	4.724	-	31.109
Baixas	(20.527)	(50)	(16)	(1.091)	(13.291)	-	(1.542)	-	(66)	(36.583)
Transferências	12.901	23	(120)	1	-	96	-	(12.901)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>3.839</u>	<u>13.354</u>	<u>7.688</u>	<u>15.485</u>	<u>8.883</u>	<u>1.416</u>	<u>20.350</u>	<u>2.225</u>	<u>-</u>	<u>73.240</u>
Adições	-	2.485	1.156	3.759	-	379	6.389	1.863	-	16.031
Baixas	-	(7)	(2)	(2.379)	-	(5)	(339)	-	-	(2.732)
Transferências	-	47	80	-	-	-	-	(127)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>3.839</u>	<u>15.879</u>	<u>8.922</u>	<u>16.865</u>	<u>8.883</u>	<u>1.790</u>	<u>26.400</u>	<u>3.961</u>	<u>-</u>	<u>86.539</u>
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	(369)	(3.515)	(1.048)	(920)	-	(224)	(6.086)	-	-	(12.162)
Adições	(149)	(1.279)	(621)	(1.061)	-	(144)	(2.687)	-	-	(5.941)
Baixas	261	14	2	120	-	7	1.329	-	-	1.733
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>(257)</u>	<u>(4.780)</u>	<u>(1.667)</u>	<u>(1.861)</u>	<u>-</u>	<u>(361)</u>	<u>(7.444)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.370)</u>
Adições	(31)	(1.737)	(849)	(2.501)	-	(174)	(3.836)	-	-	(9.128)
Baixas	-	1	-	325	-	-	104	-	-	430
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>(288)</u>	<u>(6.516)</u>	<u>(2.516)</u>	<u>(4.037)</u>	<u>-</u>	<u>(535)</u>	<u>(11.176)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(25.068)</u>
<b>Valor líquido contábil</b>										
Em 31 de dezembro de 2012	3.582	8.574	6.021	13.624	8.883	1.055	12.906	2.225	-	56.870
Em 31 de dezembro de 2013	3.551	9.363	6.406	12.828	8.883	1.255	15.224	3.961	-	61.471

## Garantia

Bens do ativo imobilizado foram concedidos em garantia de empréstimos e financiamentos e debêntures no valor de R\$ 5.930 (R\$ 10.167 em 2012).

## Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2013 os indicativos e concluiu não haver necessidade de determinação do valor recuperável.

## 11 Intangível

	Software	Fundo de comércio	Direitos de concessão	Marcas e patentes	Total
<i>Custo</i>					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	508	4.320	18.743	142	23.713
Adições	101	-	-	38	139
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>609</u>	<u>4.320</u>	<u>18.743</u>	<u>180</u>	<u>23.852</u>
Adições	527	-	-	12	539
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>1.136</u>	<u>4.320</u>	<u>18.743</u>	<u>192</u>	<u>24.391</u>
<i>Amortização</i>					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	(279)	-	-	-	(279)
Adições	(145)	-	-	-	(145)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>(424)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(424)</u>
Adições	(387)	-	-	-	(387)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>(811)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(811)</u>
<b>Valor líquido contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2012	185	4.320	18.743	180	23.428
Em 31 de dezembro de 2013	325	4.320	18.743	192	23.580

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e margem EBIT.

Os valores determinados para as premissas chave representou a avaliação da Administração às tendências futuras no comércio de veículos *premium* e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada dos testes de recuperação calculados:

	2013	2012
Taxa de desconto	6,75%	8,93%
Taxa de crescimento (perpetuidade)	0%	0%
Margem EBIT (média ponderada para os próximos cinco anos)	4,10%	2,02%

## 12 Fornecedores

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Fornecedores de veículos	72.475	40.441
Fornecedores de peças	4.400	4.259
Fornecedores de peças e serviços partes relacionadas -Nota 15	26	40
Fornecedores diversos	6.306	9.405
	<u>83.207</u>	<u>54.145</u>

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2013 e 2012 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa 25.

## 13 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa 25.

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Capital de giro	R\$	CDI	11,8% a.a.	2014	4.768	28.378
BNDES Automático	R\$	TJLP	9% a.a.	2014 - 2016	2.578	3.723
Conta garantia	R\$	CDI	12,6% a.a.	2014	7.000	9.515
Financiamento imobiliário	R\$	-	13,5% a.a.	2014 - 2021	3.551	4.041
Leasing	R\$	-	16,1% a.a.	2014	34	181
Finame	R\$	TJLP	13% a.a.	2014 - 2019	7.287	8.040
Crédito Direto ao Consumidor - CDC	R\$	-	15,7% a.a.	2014	21	46
Empréstimos entre partes relacionadas - Nota 15	R\$	CDI	11,4% a.a.	2015	10.000	10.000
					<u>35.239</u>	<u>63.924</u>
Circulante					<u>(14.719)</u>	<u>(34.147)</u>
Não circulante					<u>20.520</u>	<u>29.777</u>



Segue abaixo cronograma de amortização da dívida:

Período	2013	2012
2013	-	34.147
2014	14.719	17.893
2015	12.890	4.161
2016 à 2021	<u>7.630</u>	<u>7.723</u>
	<u>35.239</u>	<u>63.924</u>

Garantias:

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval do controlador e imóveis.

## 14 Debêntures

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	2013
Debêntures	R\$	CDI	11,4% a.a.	2014 -2018	<u>48.768</u>
Circulante					<u>(10.121)</u>
Não circulante					<u>38.647</u>

Em 05 de fevereiro de 2013, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 50.000. Foram emitidas 50 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2014 e último vencimento em 15 de fevereiro de 2018. As Debêntures serão atualizadas com base na variação acumulada do CDI acrescido da taxa percentual equivalente a 2,67% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagável mensalmente, iniciando a partir de 15 de março de 2013 até 15 de fevereiro de 2018.

### **Quebra de cláusulas contratuais (*covenants*)**

A Companhia possui debêntures que de acordo com os termos do contrato, essas debêntures serão pagas em parcelas nos próximos 5 anos. Contudo, o contrato contém *covenants* que estabelecem que ao final de cada exercício social a relação da Dívida Líquida x EBITDA calculadas com base nas demonstrações financeiras anuais seja igual ou inferior a 2,5 para o exercício de 2013 e 2,0 a partir do exercício de 2014 até a data do vencimento.

A Companhia alterou sua estratégia para redução do endividamento e com isso ultrapassou o índice determinado no contrato de Emissão de Debêntures em 31 de dezembro de 2013. A Administração obteve, em dezembro de 2013, um perdão de dívida (*waiver*) com o qual as debêntures passa a não ser cobrado *on demand* em 31 de dezembro de 2013.

Segue abaixo cronograma de amortização da dívida:

<b>Período</b>	<b>2013</b>
2014	10.121
2015	12.204
2016	12.204
2017	12.204
2018	2.035
	<hr/>
	48.768
	<hr/> <hr/>

Garantias:

Para as debêntures, foram concedidas como garantia: (i) três imóveis localizados: São José do Rio Preto em valor aproximado de R\$ 18.000 (fiador), Uberlândia e Ribeirão Preto de R\$ 6.187, (ii) aplicações financeiras realizadas no montante de R\$ 8.700 (fiador), que garantem 60% do valor da operação.

Por meio da Ata da Assembléia Geral dos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples em 13 de dezembro de 2013 foi aprovada a substituição do imóvel de Uberlândia – MG fornecido em garantia das Debêntures por aplicações financeiras no montante de R\$ 4.000 (fiador).

## **15 Partes relacionadas**

### **Controladora**

Em 31 de dezembro de 2013, 66,48% (idêntico em 2012) das ações da Companhia pertencem à BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A, que detém o controle da Companhia.

### **Operações com o pessoal-chave da administração**

#### ***Remuneração de pessoal-chave da administração***

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e suas controladas. No período findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em dezembro de 2013, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 1.240 (R\$ 1.981 em 2012), em agosto de 2013 o pessoal-chave da administração foi transferido para outra empresa do grupo.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

#### ***Benefícios a empregados***

Os principais benefícios que a Companhia concede aos seus empregados são: plano programa de participação nos resultados, plano de assistência médica.

***Outras transações com partes relacionadas***

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, são apresentados a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Ativo</b>						
<b>Contas a receber (a)</b>						
<b>- Nota 6</b>						
BVAC Comércio de Veículos Ltda.	46	22	-	-	46	23
Aldo Biasetton Neto	2	3	-	-	2	-
	<b>48</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>48</b>	<b>23</b>
<b>Outros Ativos</b>						
Mútuo financeiro a receber (b)	3.174	533	-	-	-	-
Rotunda Holding Participações Ltda. (c)	-	-	-	-	-	(360)
VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda.(c) / (d)	-	-	-	-	(1.468)	973
ILLAN Empreendimentos e Participações Ltda. (d)	-	-	-	-	(429)	(144)
<b>Passivo</b>						
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Mútuo financeiro a pagar (e) - Nota 13	-	-	-	(10.000)	(915)	(532)
<b>Fornecedores</b>						
BVAC Comércio de Veículos Ltda. (a) – Nota 12	-	-	(26)	(40)	(26)	(35)
<b>Outras contas a pagar</b>						
Distribuição de lucros a pagar (f)	-	-	-	(60)	-	-

- (a) Transações comerciais de venda e compra de produtos e prestação de serviços.
- (b) Mútuo financeiro firmado com a parte relacionada BVAC Comércio de Veículos Ltda. para suprir necessidades de capital de giro, registrado em Outros ativos, sem incidência de juros.
- (c) Em junho de 2012, por estratégia de negócios da Companhia, foi vendido um imóvel para a Rotunda Holding Participações Ltda., que pertence a membro próximo do acionista não controlador, cujo valor de venda do imobilizado foi de R\$ 16.000.

Em agosto de 2012 foi vendido o imóvel de São José do Rio Preto - SP à VISMOB Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., pertencente a um dos acionistas da Companhia, cujo valor de venda do imobilizado foi de R\$ 18.100.

- (d) Refere-se à locação de imóveis para operação da Companhia.
- (e) Mútuo financeiro no valor de R\$ 10.000 tomados junto a membro próximo do acionista não controlador sendo corrigidos a 102% do CDI mensal e registrado no resultado em despesas financeiras.
- (f) Lucros a pagar aos acionistas registrados em outras contas a pagar no passivo circulante.

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia são concedidos como garantias imóvel e aval pelo controlador (Nota 10).

## **16 Adiantamentos de clientes**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Adiantamentos de clientes de veículos	4.761	3.293
Adiantamentos de clientes de pós-vendas	1.215	460
	<u>5.976</u>	<u>3.753</u>

## **17 Salários, encargos sociais e tributos a recolher**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Provisão de férias e 13º salário	3.017	2.636
Salários e encargos sociais	2.247	1.977
Tributos a recolher	1.600	1.268
	<u>6.864</u>	<u>5.881</u>

## **18 Provisão para contingências**

A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia baseada nas normas contábeis considera não existirem riscos efetivos e não foram registradas provisões em 31 de dezembro de 2013.

### **Segue composição das provisões:**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Trabalhistas	203	203
Ações de indenização	524	524
Outros	36	36
	<u>763</u>	<u>763</u>

A provisão trabalhista refere-se a uma ação movida por um ex-funcionário da Companhia.

As ações de indenização referem-se a processos movidos por clientes devido a problemas em veículos revendidos pela Companhia.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 24.596 (R\$ 17.141 em 31 de dezembro de 2012) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Tributárias	21.697	16.691
Ações de indenização	1.386	280
Outros	1.513	170
	24.596	17.141

As ações tributárias referem-se a autos de infração e imposição de multa de ICMS.

## **19 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 36.539.000 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2012), no valor de R\$ 1,00 cada, pertencentes aos seguintes acionistas:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<b>Participação</b>	<b>Participação</b>
BPAG - Brazillian Premium Auto Group S.A.	66,48%	66,48%
Henry Visconde	33,51%	33,51%
Verônica Aparecida Concenza Vieira	0,006%	0,006%
Abin Participações e Negócios Ltda.	0,006%	0,006%
Alexandre Carvalho Gaeta	0,006%	0,006%
	100,00%	100,00%

### **b. Ações ordinárias**

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (f).

### **c. Reserva legal**

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### **d. Reserva de lucros**

Os lucros acumulados apurados até 31 de dezembro de 2012 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de lucros, no qual foi autorizado pela administração a absorver o prejuízo do exercício.

### **e. Ajuste de avaliação patrimonial**

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, tendo sido totalmente realizado em 2012 mediante alienação dos ativos que lhe deram origem.

**f. Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia determina um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76.

**20 Receita operacional líquida**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Receita de venda de veículos novos	605.742	460.037
Receita de venda de veículos usados	96.077	83.259
Receita da oficina	72.351	54.621
Receita de venda de motos novas	64.532	59.125
Receita de bônus das concessionárias	25.295	16.097
Receita de venda de motos usadas	8.315	6.750
Receitas de venda de peças e acessórios	6.801	5.800
Receitas de agregados	3.700	3.109
Receita de combustíveis	-	750
	<hr/>	<hr/>
Total da receita bruta	882.813	689.548
Menos:		
Cofins sobre venda	(6.323)	(6.315)
ICMS sobre venda	(1.727)	(1.625)
PIS sobre venda	(1.373)	(1.371)
ISS sobre serviços prestados	(1.023)	(796)
IPI sobre venda	(16)	(2)
Devoluções	(983)	(915)
	<hr/>	<hr/>
Total devoluções e impostos	(11.445)	(11.024)
	<hr/>	<hr/>
Total de receita	871.368	678.524

**21 Custos por natureza**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Custos</b>		
Custo de venda de veículos novos	(575.642)	(431.276)
Custo de venda de veículos usados	(90.062)	(77.276)
Custo de venda de motos novas	(56.357)	(50.691)
Custo da oficina	(46.327)	(33.887)
Custo de venda de motos usadas	(7.578)	(6.844)
Custos de venda de peças e acessórios	(4.327)	(3.803)
Custo de combustíveis	-	(675)
	<hr/>	<hr/>
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(780.293)	(604.452)

## 22 Despesas comerciais por natureza

	2013	2012
Despesa com salários e encargos	(17.858)	(15.212)
Outras despesas	(6.671)	(5.728)
Despesa com comissão de vendas	(5.405)	(5.190)
Despesa com publicidade e propaganda	(4.078)	(3.744)
Despesa com fretes e carretos	(1.754)	(1.651)
Despesa com eventos	(852)	(1.004)
	<u>(36.618)</u>	<u>(32.519)</u>
Despesas comerciais	<u>(36.618)</u>	<u>(32.519)</u>

## 23 Despesas gerais e administrativas por natureza

	2013	2012
Despesa com aluguéis	(11.293)	(8.401)
Despesa com depreciação e amortização	(9.515)	(6.086)
Despesa com salários e encargos	(7.154)	(8.698)
Despesa com telefonia e dados	(2.248)	(1.712)
Despesa com segurança	(1.858)	(1.660)
Despesa com limpeza	(1.604)	(1.418)
Despesa com consultoria e assessorias	(1.443)	(1.654)
Despesa com manutenção e conservação	(1.219)	(1.004)
Despesa com energia elétrica	(1.007)	(1.086)
Despesa com material de consumo	(257)	(1.247)
Despesa com taxa e emolumentos	(180)	(261)
Outras despesas	(7.593)	(4.568)
	<u>(45.371)</u>	<u>(37.795)</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>(45.371)</u>	<u>(37.795)</u>

## 24 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2013	2012
<b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	335	138
Rendimentos sobre aplicações financeiras	258	58
Juros e multas recebidos	168	323
	<u>761</u>	<u>519</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(12.740)	(12.949)
Impostos sobre operações financeiras	(2.553)	(2.168)
Despesas bancárias	(1.453)	(1.203)
Descontos concedidos	(973)	(982)
	<u>(17.719)</u>	<u>(17.302)</u>
	<u>(16.958)</u>	<u>(16.783)</u>

## 25 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento dos riscos financeiros

#### *Visão geral*

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

#### **Estrutura do gerenciamento de risco**

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de



gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

### **Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		<u>Valor contábil</u>	
	<b>Nota</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.458	1.885
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	28.291	18.038

### ***Caixa e equivalentes de caixa***

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 2.458 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.885 em 31 de dezembro de 2012), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

As movimentações da provisão para perdas por redução no valor recuperável (*impairment*) são apresentadas a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>(549)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>(549)</u>

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia acredita que os montantes que não sofrem perda de redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
A vencer	12.228	8.792
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	13.583	8.246
De 31 a 60 dias	306	479
De 61 a 90 dias	206	88
De 91 a 180 dias	812	155
Acima de 181 dias	<u>1.705</u>	<u>827</u>
	28.840	18.587
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(549)</u>	<u>(549)</u>
	<u>28.291</u>	<u>18.038</u>

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e a Companhia considera o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos vencidos há mais de 90 dias, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela administração.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros.

### **Exposição a riscos de liquidez**

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

### **Cronograma de amortização da dívida**

31 de dezembro de 2013	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 93 Meses
Fornecedores	83.207	83.207	83.207	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	35.239	40.300	25.111	5.134	3.537	2.036	1.944	2.537
Debêntures	48.768	75.860	16.644	18.697	18.722	18.723	3.074	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

### **Risco de taxa de juros**

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

### **Perfil**

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

		<b>Valor contábil</b>	
		<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Instrumentos de taxa pré-fixada</b>			
Fornecedores		72.499	40.441
Empréstimos e financiamentos		9.649	13.783
		<b>Valor contábil</b>	
<b>Risco</b>		<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
Aplicações financeiras	CDI	391	209
Empréstimos e financiamentos	TJLP e CDI	31.608	50.141
Debêntures	CDI	48.768	-

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

### **Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

- De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante)      Maior ou igual a 1
- De alavancagem financeira(\*)      Maior que 1

(\*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Ativo circulante	125.711	85.493
Passivo circulante	<u>159.534</u>	<u>97.986</u>
<b>Índice de liquidez</b>	0,79	0,87
Resultado do período	(5.829)	(9.376)
Patrimônio líquido	<u>34.301</u>	<u>39.530</u>
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	(0,17)	(0,24)
Resultado do período	(5.829)	(9.376)
Ativo total	<u>215.118</u>	<u>168.056</u>
RAT (retorno sobre o ativo total)	<u>(0,03)</u>	<u>(0,06)</u>
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	<u>5,69</u>	<u>4,00</u>

### **Análise de sensibilidade**

A Companhia possui R\$ 80.376 de debêntures e empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras indexados a taxa pós-fixada, substancialmente o CDI e TJLP. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2013. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI e TJLP em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas**

Instrumentos	Exposição 2013	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros - Aplicações financeiras	391	Aumento CDI	9,77	10,75	4	12,21	10	14,66	19
Passivos Financeiros - Financiamentos	21.743	Aumento CDI	9,77	10,75	(212)	12,21	(531)	14,66	(1.062)
Passivos financeiros - Debêntures	48.768	Aumento CDI	9,77	10,75	(476)	12,21	(1.191)	14,66	(2.382)
Passivos Financeiros - Financiamentos	9.865	Aumento TJLP	6,78	7,45	(67)	8,47	(167)	10,17	(334)
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>80.376</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	<b>(755)</b>	<b>***</b>	<b>(1.889)</b>	<b>***</b>	<b>(3.778)</b>

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas**

Instrumentos	Exposição 2013	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros - Aplicações financeiras	391	Redução CDI	9,77	8,79	(4)	7,33	(10)	4,89	(19)
Passivos Financeiros - Financiamentos	21743	Redução CDI	9,77	8,79	212	7,33	531	4,89	1.062
Passivos financeiros - Debêntures	48.768	Redução CDI	9,77	8,79	476	7,33	1.191	4,89	2.382
Passivos Financeiros - Financiamentos	9.865	Redução TJLP	6,78	6,10	67	5,08	167	3,39	334
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>80.376</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	<b>***</b>	<b>755</b>	<b>***</b>	<b>1.889</b>	<b>***</b>	<b>3.778</b>

**Valor justo versus valor contábil**

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

	Valor contábil		Valor justo	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.458	1.885	2.458	1.885
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	28.291	18.038	28.291	18.038
<b>Total</b>	<b>30.749</b>	<b>19.923</b>	<b>30.749</b>	<b>19.923</b>

	Valor contábil	Valor justo
	2013	2012
	2013	2012

<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	83.207	54.145	83.207	54.145
Empréstimos e Financiamentos	35.239	63.924	35.239	63.924
Debêntures	48.768	-	48.768	-
	<u>167.214</u>	<u>118.069</u>	<u>167.214</u>	<u>118.069</u>
Total	<u>167.214</u>	<u>118.069</u>	<u>167.214</u>	<u>118.069</u>

## 26 Compromissos com contratos

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Menos de ano	10.992	10.398
Entre um e cinco anos	21.113	26.131
Mais de cinco anos	<u>912</u>	<u>2.146</u>
<b>Total</b>	<u>33.017</u>	<u>38.675</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui contratos de alugueis assinados, com compromisso de desembolsos anuais, conforme demonstrado no quadro acima, cuja vigência dos contratos de locação ocorrerá em média até 2016.

Os arrendamentos mercantis operacionais que a Companhia possui são referentes aos prédios utilizados para instalação de suas concessionárias nas cidades de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São Paulo, Barueri, Uberlândia, Porto Alegre.

## 27 Outros assuntos

### **Medida Provisória nº 627**

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

## **Composição da Diretoria**

Jörg Henning Dornbusch  
*Diretor Presidente*

Henry Visconde  
*Diretor Geral*

Verônica Aparecida Cocenza Vieira  
*Diretora Financeira*

Aldo Biasetton Neto  
*Diretor*

Alexandre Carvalho Gaeta  
*Diretor*

### **Contador**

Verônica Aparecida Cocenza Vieira  
CRC/SP 1 SP193416/O-5